

O FENÔMENO DAS GUERRAS ATUAIS: QUANDO A FORÇA E O EGOÍSMO PREVALECEM SOBRE A DIPLOMACIA¹

THE PHENOMENON OF CURRENT WARS: WHEN FORCE AND SELFISHNESS PREVAIL OVER DIPLOMACY

Garcia Matondo Vita Bige²

Resumo:

Por que a guerra? Este questionamento orienta a análise do fenômeno das guerras atuais, investigando as razões para a persistência de conflitos armados num mundo com ferramentas de negociação e cooperação. O artigo “O Fenômeno das Guerras Atuais: Quando a Força e o Egoísmo Prevalecem sobre a Diplomacia” explora como a força militar se sobrepõe à diplomacia, resultando em graves violações de direitos humanos e devastação, como no conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, aborda a má governação e corrupção em África, que não são falhas apenas internas, mas refletem um sistema global que se beneficia da desordem para a exploração dos recursos naturais africanos. A incapacidade da comunidade internacional de aplicar pressão efetiva perpetua a miséria. O contraste entre a resposta urgente à COVID-19 e a falta de ação contra a miséria e corrupção, que continuam a afetar milhões de pessoas, evidencia desigualdade nas prioridades globais. Fundamentado em Hobbes, Rawls e Kant, o artigo propõe que a substituição da força pela diplomacia, baseada na ética e justiça social, poderia alcançar a paz duradoura. A superação da guerra dependerá de mudanças éticas nos líderes e na sociedade, promovendo convivência pacífica.
Palavras-chave: Guerra; Diplomacia; Razão pública; Miséria; Cooperação internacional

Abstract:

Why war? This question guides the analysis of the phenomenon of current wars, investigating the reasons behind the persistence of armed conflicts in a world equipped with negotiation and cooperation tools. The article “The Phenomenon of Current Wars: When Force and Self-interest Prevail Over Diplomacy” explores how military force overrides diplomacy, resulting in severe human rights violations and devastation, as seen in the conflict between Russia and Ukraine. Furthermore, it addresses misgovernance and corruption in Africa, which are not merely internal failures but reflect a global system that benefits from disorder for the exploitation of African natural resources. The inability of the international community to exert effective pressure perpetuates misery. The contrast between the urgent response to COVID-19 and the lack of action against misery and corruption, which continue to affect millions, highlights inequality in global priorities. Grounded in the philosophies of Hobbes, Rawls, and Kant, the article suggests that replacing force with diplomacy, based on ethics and social justice, could achieve lasting peace. Overcoming war will depend on ethical changes in leaders and society, promoting peaceful coexistence.

Keywords: War; Diplomacy; Public reason; Misery; International cooperation

¹ A diplomacia, em nossa abordagem, é entendida como um mecanismo de cooperação internacional justa, razoável e mutuamente benéfica entre países e seus povos. Seu objetivo é estabelecer formas equilibradas de interação pacífica, visando soluções que atendam aos interesses de todos os envolvidos, sem imposições ou abusos. Além disso, a diplomacia deve ser exercida com responsabilidade, ou seja, as decisões precisam ser conscientes e fundamentadas em princípios éticos de justiça e solidariedade internacional. A liberdade substancial garante que os países preservem sua soberania e autonomia, podendo agir de acordo com suas próprias necessidades e valores, sem que sua liberdade seja comprometida por pressões externas.

² Doutorando em Filosofia Política (UFSCar). Docente do Instituto Superior de Ciências de Educação – ISCED de Uíge/Angola, desde 2013. E-mail: matondobige1@hotmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4705-5567>

Introdução

A história das relações internacionais tem sido marcada por um intrincado jogo de interesses, poder e disputas geopolíticas. Em um cenário global caracterizado por avanços tecnológicos e crescente interconectividade, os conflitos armados continuam a desempenhar um papel central na dinâmica internacional. Nesse contexto, surge a questão: por que a guerra persiste como um meio de resolução de disputas, mesmo com a existência de mecanismos diplomáticos desenvolvidos ao longo dos séculos?

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre diplomacia e o uso da força nas crises internacionais contemporâneas, investigando os fatores que contribuem para a prevalência das soluções militares, em detrimento das negociações pacíficas. A pesquisa se apoia em referenciais teóricos clássicos da filosofia política, como Thomas Hobbes, John Rawls, Immanuel Kant, Aristóteles, Jean-Jacques Rousseau, Max Weber, Amartya Sen e Michael Sandel. Hobbes, com sua concepção de estado de natureza, argumenta que, na ausência de uma autoridade soberana forte, o mundo se torna um espaço de competição constante. Rawls, ao desenvolver o conceito de razão pública, propõe um modelo de governança baseado na justiça e na cooperação. Kant, por sua vez, idealiza um sistema internacional voltado para a paz perpétua, no qual os Estados respeitam princípios éticos compartilhados. Aristóteles acrescenta a noção de política como busca do bem comum, enfatizando que uma ordem justa deve estar fundamentada na virtude e na ética. Rousseau, em *Do Contrato Social*, defende que a legitimidade de um governo advém de sua capacidade de representar a vontade geral, contrapondo-se às práticas políticas de muitas nações, onde o poder é capturado por elites que priorizam seus próprios interesses. Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), destaca que a verdadeira liberdade política e econômica é fundamental para o desenvolvimento, e que governos responsáveis são aqueles que promovem a participação ativa dos cidadãos — um princípio frequentemente ausente em países com governações repressivas, como é o caso de várias nações do mundo, com mais realce as africanas.

Além desses pensadores, Michael Sandel, em *O Que o Dinheiro Não Compra: Os Limites Morais do Mercado* (2012), oferece uma reflexão crítica sobre os limites da lógica mercadológica nas decisões políticas. Ele adverte sobre os riscos de uma sociedade em que os valores mercadológicos dominam todas as esferas da vida, enfraquecendo princípios como altruísmo, generosidade e solidariedade. Para Sandel, quando tudo é regido pela lógica do mercado, os valores essenciais da vida tornam-se irreconhecíveis, comprometendo a coesão social e o sentido de justiça. Aplicado ao contexto das relações internacionais, esse argumento reforça a necessidade de que as decisões políticas e diplomáticas sejam orientadas não apenas por interesses estratégicos e econômicos, mas também por valores éticos compartilhados. Este princípio se torna ainda mais relevante no atual contexto político dos Estados Unidos, com o governo renovado de Donald Trump, cujas políticas parecem priorizar o pragmatismo econômico em detrimento de uma abordagem diplomática equilibrada e cooperativa.

Max Weber, em *A Política como Vocação* (1919, versão de 2020), contribui com uma importante dimensão à análise da responsabilidade governamental, ao estabelecer a distinção entre "ética da convicção" e "ética da responsabilidade". A primeira caracteriza-se pela adesão intransigente a princípios e ideologias, independentemente das consequências práticas que possam advir de sua

aplicação. Já a segunda exige dos líderes uma postura pragmática, na qual as decisões são tomadas com base em um cálculo racional das consequências para a sociedade. O político, segundo Weber, deve fazer da responsabilidade o guia decisivo de sua ação. Essa reflexão se revela fundamental para compreender as escolhas de governantes, especialmente em um cenário de crise internacional, em que as decisões podem determinar o destino de milhões de vidas.

Além disso, este estudo aborda a questão da má governação e da corrupção no continente africano, que não são falhas apenas internas, mas refletem um sistema global que se beneficia da desordem para a exploração dos recursos naturais africanos. A incapacidade da comunidade internacional de aplicar uma pressão efetiva perpetua a miséria, evidenciando uma desigualdade estrutural na ordem global. O contraste entre a resposta urgente à pandemia de COVID-19 e a falta de ação contra a miséria e a corrupção, que continuam a afetar milhões de pessoas, demonstra uma disparidade evidente nas prioridades globais. Enquanto a pandemia mobilizou esforços coordenados e investimentos significativos, crises humanitárias crônicas permanecem marginalizadas, expondo a seletividade da comunidade internacional na defesa dos direitos humanos e da estabilidade global.

Para ilustrar essa problemática, serão analisados casos recentes, como o conflito entre Rússia e Ucrânia, as tensões no Oriente Médio e as disputas geopolíticas no continente africano. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica de obras fundamentais da filosofia política, aliada a uma análise crítica de eventos contemporâneos. Embora autores como Hobbes, Kant, Rawls, Aristóteles, Rousseau, Sen, Sandel e Weber não sejam teóricos especializados em Relações Internacionais, suas reflexões sobre poder, justiça, governança e moralidade oferecem um arcabouço conceitual valioso para compreender os desafios da diplomacia e a persistência da guerra como instrumento político. Ao discutir a continuidade do uso da força nas disputas internacionais, este estudo busca avaliar se é possível substituí-la por uma abordagem diplomática mais eficaz, pautada nos direitos humanos e na justiça social. Esta reflexão é essencial para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a paz e a cooperação internacional em um mundo cada vez mais interdependente.

A força na perspectiva de Hobbes: o estado de natureza e os conflitos contemporâneos

Thomas Hobbes, em *Leviatã* (Parte II, Capítulo 13), apresenta o estado de natureza como um cenário de guerra de todos contra todos, onde a força e o poder são predominantes. Para Hobbes, o ser humano, em seu estado natural, é movido pela autossuficiência e pela busca incessante pela preservação de sua própria vida, o que gera um cenário de conflito contínuo. Esse estado, onde prevalece o "cada um por si", reflete-se diretamente nos conflitos contemporâneos, nos quais potências e blocos de interesse buscam maximizar seus ganhos estratégicos pela força militar. A busca por vantagem, frequentemente à custa da vida de milhares de pessoas, agrava a miséria e a desgraça das nações vulneráveis, criando um ambiente no qual a paz e a diplomacia parecem secundárias frente ao poderio bélico.

As guerras atuais, como o embate entre Rússia e Ucrânia, exemplificam essa dinâmica. No caso específico da Rússia, a invasão de um país soberano é travada sob justificativas que, em um contexto racional, não seriam suficientes para justificar o uso de força militar. A lei do mais forte, em detrimento da força da lei e

do respeito pelos direitos internacionais, se impõe como regra. O poderio militar, nesse contexto, ofusca os apelos pela paz, transformando o cenário em uma luta pela sobrevivência, onde os interesses de uma potência se sobrepõem à dignidade de outra nação e aos direitos fundamentais de seu povo. A busca pela hegemonia, com a utilização de um poder militar avassalador, é uma manifestação direta da teoria hobbesiana, em que o direito à força substitui o direito à justiça e à resolução pacífica dos conflitos.

Hobbes, em sua obra, observa que, mesmo quando há uma distribuição equitativa de recursos e capacidades, o ser humano não se contenta com a porção que lhe é destinada. Ele enfatiza que essa igualdade de capacidade cria um campo fértil para a competição, que, por sua vez, leva os homens a se tornarem rivais, buscando submeter ou eliminar uns aos outros. Nas palavras de Hobbes, “um agressor teme apenas o simples poder de outro homem” (Hobbes, 2009, p. 94). Ele identifica três causas principais para a disputa: “Competição, desconfiança e glória. A competição leva os homens ao ataque pela vantagem; a desconfiança os faz buscar segurança, e a glória, defender a reputação” (Hobbes, 2009, p. 95). Assim, a vida humana é retratada como um combate incessante pela sobrevivência, caracterizado pelo “cada um por si”, no qual o homem é o “lobo do homem”, um predador que busca garantir a própria existência às custas do outro.

Essas palavras ressoam fortemente no contexto atual, onde o poder econômico e militar torna-se a principal ferramenta para resolver disputas geopolíticas. O conceito de competição, desconfiança e glória que Hobbes descreve é visível nas tensões internacionais e nos confrontos entre Estados, onde cada ação é movida pela necessidade de garantir vantagem sobre o outro. O desejo de superioridade, seja política, militar ou econômica, estimula o agravamento das relações internacionais, criando um ciclo vicioso de antagonismo que leva à perpetuação dos conflitos, conforme as potências buscam reafirmar seu poder, muitas vezes sem se importar com os custos humanos e sociais envolvidos.

Como Hobbes argumenta, a guerra não é apenas o ato de batalhar, mas também o período contínuo de disposição para lutar. Para ele, a guerra é um estado permanente de tensão, no qual as pessoas, em seu estado natural, vivem na expectativa de um conflito iminente. “A guerra não é apenas o ato de batalhar, mas o período em que há a disposição para lutar” (Hobbes, 2009, p. 95). Isso leva à conclusão de que, sem um controle efetivo, a vida do ser humano torna-se “solitária, pobre, embrutecida e breve” (Hobbes, 2009, p. 96). Em outras palavras, em um ambiente onde prevalece o conflito sem resolução, a existência humana perde sua dignidade, tornando-se um eterno pesadelo. Hobbes nos alerta que a ausência de um poder que mantenha a ordem e evite a guerra contínua resulta numa realidade em que o indivíduo está constantemente em risco de perder sua liberdade e segurança.

Esse quadro, descrito por Hobbes, é evidente em regiões como o Oriente Médio, onde conflitos entre Israel e grupos extremistas resultam na perda de vidas inocentes. O conflito se perpetua devido à desconfiança mútua e à busca por segurança, alimentando um ciclo vicioso de violência e sofrimento. Israel, temendo represálias, busca eliminar grupos como o Hezbollah, perpetuando, assim, uma dinâmica de violência implacável. O resultado é um ciclo de destruição, em que as vítimas mais vulneráveis, como mulheres e crianças, são as que mais sofrem as consequências de um conflito armado, tornando-se prisioneiras de uma guerra sem fim.

Em tal contexto, a guerra não é o caminho mais razoável, pois nos aproxima dos seres irracionais, privando-nos da capacidade de dialogar como seres racionais, dotados de linguagem comum, o que é essencial para evitar tamanha barbárie. A guerra, ao tomar a primazia sobre a razão, não apenas destrói vidas, mas também extingue a possibilidade de convivência civilizada entre os povos. É nesse ponto que as reflexões de Hobbes, apesar de cruas, não apenas revelam os aspectos sombrios da natureza humana, mas também nos lembram de que é necessário um esforço coletivo e racional para evitar que essa natureza destrutiva prevaleça. Hobbes, ao discutir a necessidade de um poder centralizado e forte, nos apresenta uma solução para evitar a guerra e garantir a paz: a figura do Estado.

A criação do Estado, ou do "Leviatã", surge, para Hobbes, como solução à guerra de todos contra todos. O Estado institui-se como ente soberano, capaz de substituir o caos da guerra civil por uma estrutura de segurança e justiça. Para evitar que os mais fortes subjuguem os mais fracos, impõe-se um poder central: "o Estado, Rei, para manter a harmonia entre todos". Conforme Hobbes (2009, p. 127):

Um Estado é considerado instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua que a um homem qualquer ou a uma qualquer assembleia de homens seja atribuída, pela maioria, a prerrogativa de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, inclusive os que votaram contra, devendo autorizar todos os atos e decisões desse homem ou dessa assembleia de homens, como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de poderem conviver pacificamente e serem protegidos dos restantes homens. Assim, todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido, mediante o consentimento do povo reunido, derivam dessa instituição do Estado.

O Leviatã, como soberano, é o único garantidor do contrato social, assegurando paz e segurança, evitando o conflito incessante entre os indivíduos e protegendo os mais vulneráveis contra abusos de poder. Para Hobbes, a criação da soberania não decorre apenas do desejo de poder, mas da necessidade de proteção contra a anarquia e a violência. Assim, sustenta (Hobbes, 2009, p. 98):

O homem deve concordar com a renúncia aos seus direitos sobre todas as coisas, contentando-se com a mesma liberdade que permite aos demais, na medida em que considerar tal decisão necessária à manutenção da paz e de sua própria defesa. *Porque*³, se cada qual fizer tudo aquilo a que tem direito, reinará a guerra entre os homens. *Portanto*, tudo aquilo que queres que os outros te façam, faze-o tu a eles.

A necessidade de um poder soberano transcende a esfera política; é essencial para a própria sobrevivência social. Hobbes nos convida a refletir sobre os elementos que possibilitam a convivência pacífica e como a renúncia parcial da liberdade individual, em favor da proteção comum, se torna uma escolha racional diante do caos da guerra sem fim. Ao abdicar da liberdade absoluta em prol de um poder central, estabelecem-se as bases para paz e harmonia, imprescindíveis ao progresso coletivo. Nesse sentido, Bige (2024, p. 14), ao comentar Mandeville, salienta a importância da ordem social e da autoridade para garantir a harmonia dentro do corpo político. Sem lei e governo, a convivência pacífica se torna inviável, dada a propensão humana ao conflito. Mandeville (2017, p. 359) compara a

³ Nas citações, todas as palavras em itálico foram adicionadas por nós.

sociedade a um "corpo político", em que os indivíduos, submetidos a uma liderança, se disciplinam e trabalham pelo bem comum.

Essa perspectiva dialoga com Aristóteles (1997, p. 16, 1253 a), que afirma:

O homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada. O homem nasce dotado de armas a serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas pode usá-las em sentido inteiramente oposto. Logo, quando destituído de qualidades morais, é o mais impiedoso e selvagem dos animais, e o pior em relação ao sexo e à gula.

Assim, o Estado emerge como ponto de equilíbrio, imprescindível para a convivência razoável entre os homens. Haidt (2020, p. XVIII) também considera razoável que ideologias conflitantes se mantenham em equilíbrio, enquanto sistemas de responsabilização impedem que transgressões permaneçam impunes.

Hobbes demonstra que a solução para a guerra sem fim e a opressão dos mais fracos pelos mais fortes reside na instituição de um poder soberano, capaz de regular disputas e criar condições para a paz. O Leviatã se revela a chave para a ordem social e a proteção dos direitos fundamentais, pondo fim à luta pela sobrevivência inerente ao estado de natureza. Esse conceito ressoa com a realidade contemporânea da República Democrática do Congo (RDC), onde a guerra entre grupos rebeldes, como o M23, evidencia a ausência de uma autoridade central eficaz. Alegando proteger certos grupos étnicos, o M23 tornou-se uma força destrutiva, supostamente servindo a interesses estrangeiros, incluindo Ruanda, que o apoiaria em troca da exploração de recursos naturais congolezes. Tal aliança mercantiliza a guerra, perpetuando o sofrimento da população local.

Nesse contexto, a racionalidade se esvai: sem plena consciência do impacto de suas ações, esses grupos destroem seu próprio povo. A exploração mineral financia o conflito, ampliando a ruína, sem qualquer benefício real para a nação. Ao invés de se unirem pela paz, tornam-se instrumentos de interesses obscuros que os manipulam em troca de ganhos efêmeros.

Para Hobbes, a solução para a guerra e o caos é um poder soberano forte e lícito. Na RDC, sem essa estrutura, o país permanece refém de facções armadas que perpetuam a destruição. O Leviatã, longe de ser uma imposição arbitrária, constitui-se como condição essencial para a ordem e a segurança social. Hobbes (2009, p. 109) adverte:

Quanto à hipótese de conquistar a soberania pela revolta, é evidente que tal tentativa, mesmo quando coroada de êxito, contraria a razão. Ao agir assim, ensinamos os outros a conquistar a soberania da mesma maneira, o que também não é razoável. Assim, a justiça, isto é, o cumprimento dos pactos, é uma regra da razão que nos proíbe fazer tudo quanto arruína nossa vida.

A justiça, então, é o pilar do contrato social. O Leviatã, como poder soberano, não é apenas uma necessidade para evitar o caos, mas a própria condição para a paz, a dignidade humana e o progresso social.

A diplomacia em defeito: lições de Rawls para as guerras modernas

Se em Hobbes a justiça é o pilar do contrato social, para Rawls (2017, p. 27): "a Justiça é a primeira virtude das instituições sociais, tal como a verdade o é para os sistemas de pensamento [...]. E, as leis e as instituições, não obstante o serem

eficazes e bem concebidas, devem ser reformuladas ou abolidas se forem injustas". Isso implica que os governantes devem sempre trabalhar para alcançar o objetivo principal da governação: o bem-estar social de seu povo. Essa afirmação revela a necessidade de um compromisso contínuo com a justiça, uma justiça que não apenas organiza as interações sociais, mas também exige uma constante reflexão sobre as condições de justiça nas instituições políticas e sociais.

No contexto da estrutura das instituições sociais, Rawls (2017, p. 30) explica que

O objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou, mais exatamente, a forma pela qual as instituições sociais mais importantes – a constituição política, bem como as principais estruturas económicas e sociais – distribuem os direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão dos benefícios da cooperação em sociedade.

Aqui, a justiça não é apenas uma meta ética ou filosófica abstrata, mas uma estrutura concreta que fundamenta como uma sociedade se organiza e distribui os recursos e responsabilidades entre seus membros. Rawls vê a justiça como algo que deve ser institucionalizado de maneira a garantir que todos os cidadãos possam viver de forma razoavelmente justa e igualitária.

Em sua obra *O Direito dos Povos* (Parte II), Rawls sugere que a razão pública deve ser a base das ações dos governantes, especialmente em tempos de conflito. A razão pública, segundo Rawls, é o princípio que fundamenta as escolhas morais e políticas em uma sociedade democrática. Ele argumenta que cidadãos e líderes devem ser razoáveis e racionais, com a capacidade de escolher o bem e justificar suas decisões de maneira livre e consensual. A razão pública serve como uma ponte que conecta governantes e governados, funcionando como uma forma de intermediação social, pautada em valores compartilhados e na busca por justiça. O filósofo descreve essa ideia da seguinte maneira:

Este ideal é satisfeito quando juízes, governantes e outros funcionários públicos, bem como candidatos a cargos políticos, seguem a razão pública e explicam aos cidadãos suas razões para apoiar políticas fundamentais, conforme a concepção política de justiça que consideram mais razoável. Assim, cumprem o dever de civilidade, ajustando seu discurso e conduta aos preceitos institucionais (Rawls, 2014, pp. 167-168).

Nesse sentido, os governantes não devem apenas tomar decisões políticas baseadas em sua própria visão de justiça, mas devem também buscar justificar suas ações de forma clara e acessível ao público, alinhando-se aos princípios da razão pública. Ao fazer isso, eles cultivam a confiança e a legitimidade de suas ações, garantindo que suas decisões se alinhem com as expectativas e os valores fundamentais da sociedade.

Os cidadãos, por sua vez, também têm um papel crucial na concretização desse ideal. Eles devem conceber-se como legisladores e se perguntar quais regulamentos, baseados em razões recíprocas, seriam razoáveis de apoiar. Essa reflexão ativa e envolvimento na política representa o exercício do dever de civilidade e a sustentação da razão pública, promovendo, por meio de seu voto e engajamento, o vínculo dos funcionários do governo com esses valores. Rawls expressa esse ponto da seguinte forma:

Os cidadãos devem conceber-se como legisladores e perguntar quais regulamentos, amparados em razões recíprocas, julgariam razoável apoiar. Assim, exercem seu dever de civilidade e sustentam a ideia de razão pública, promovendo, por seu voto, o vínculo dos funcionários do governo com esses valores (Rawls, 2014, p. 168).

Este aspecto da cidadania responsável deveria ser uma prática universal, respeitando a diversidade cultural e política de cada sociedade. No entanto, é paradoxal que, no século XXI, ainda se testemunhe a morte de milhares de pessoas em conflitos que poderiam ser evitados por meio de diplomacia e entendimento mútuo. Em um mundo globalizado, a razão pública deveria ser um princípio universalmente aceite, com o objetivo de preservar a humanidade e prevenir guerras desnecessárias. Todos os agentes sociais, em todos os níveis, devem estar comprometidos com a preservação da dignidade humana e com a compreensão do sofrimento alheio, evitando que a destruição prevaleça sobre a razão. Como destaca Rawls: "Enquanto membros responsáveis da sociedade, podemos reconhecer quando nossos deveres e obrigações morais estão em conformidade com a justiça, visando o bem comum, *sem prejudicar outros povos*" (Rawls, 2014, p. 92).

Portanto, a cooperação recíproca entre os cidadãos é essencial, pois deve se pautar no que todos consideram justo. Esse princípio pode ser expandido para as relações internacionais entre nações e Estados. O respeito mútuo e a justiça internacional devem ser igualmente fundamentais nas interações entre povos. Rawls explica isso ao afirmar que:

Os povos, em oposição aos Estados, possuem uma natureza moral particular; que inclui um certo orgulho legítimo e senso de honra; podem ter orgulho de suas histórias e conquistas de maneira compatível com o 'patriotismo apropriado'. O respeito que exigem é um respeito condizente com a igualdade entre os povos. Os interesses que movem os povos são congruentes com uma igualdade justa e um respeito mútuo (Rawls, 2014, p. 80).

A razão pública, portanto, não é apenas um princípio de justiça interna, mas também um princípio orientador para as relações internacionais. Ela pode servir como base para fomentar a paz e a cooperação entre as nações. Rawls acredita que a equidade nas relações sociais e internacionais é essencial para o desenvolvimento humano. Para ele, a adoção plena da razão pública pelos líderes políticos poderia ser uma maneira eficaz de mitigar os conflitos globais. Se os governantes adotassem esse princípio de justiça, suas ações não apenas seriam mais legítimas, mas também serviriam de exemplo para os cidadãos, incentivando-os a respeitar instituições que promovem o bem-estar e a paz social. Nesse sentido, a razão pública se configura não apenas como um ideal teórico, mas como uma ferramenta prática para a construção de uma ordem internacional mais justa e pacífica.

Assim, é evidente que a prática da razão pública, se plenamente adotada e aplicada por todos os níveis de governo e por cada cidadão, poderia transformar as relações internacionais e a diplomacia, transformando a justiça em um princípio universal, promovendo a paz e a cooperação entre as nações.

Exemplo político e diplomacia em Angola: quando o discurso substitui a prática

Os bons exemplos não precisam de palavras, mas as palavras precisam de bons exemplos! Essa frase sintetiza um dilema clássico da política e da moral pública. Desde a Grécia Antiga, grandes filósofos e cientistas políticos debateram a relação entre virtude e poder, destacando como a prática política muitas vezes se distancia dos ideais proclamados. Aristóteles, em sua obra *Política* (c. 350 a.C.), argumentava que a cidade justa deveria ser governada por aqueles que possuíam excelência moral, pois somente assim a política serviria ao bem comum. Contudo, ao longo da história, a corrupção e os interesses pessoais frequentemente subverteram esse princípio, tornando o discurso, em muitos casos, uma ferramenta de manipulação em vez de um reflexo da realidade. Essa desconexão entre o discurso e a prática das políticas públicas tornou-se, em muitos países como Angola, a maior guerra a ser vencida, pois perpetua a corrupção, a desigualdade e a miséria.

A distância entre o discurso e a prática governamental é um problema recorrente, especialmente em contextos onde a democracia ainda está em fase de amadurecimento ou é frágil, ou onde as instituições carecem de mecanismos eficazes de controle. Em sociedades como Angola, e em várias partes de África, as políticas públicas frequentemente permanecem no plano das promessas eleitorais, sem se traduzirem em ações concretas que impactem o bem-estar de todos. Problemas básicos – como estradas, água potável, energia, saneamento básico, serviços de saúde e educação – continuam a persistir de ano em ano.

Por que não adotar uma política mais prática? Um exemplo seria focar em setores específicos a cada ano: 2025 – ano da construção de estradas, energia, água, saúde, educação e agricultura. Outros setores também teriam seu orçamento, mas o foco ou destaque seria dado a essas áreas. Se, pelo menos, em cada ano, se resolvessem de forma razoável alguns problemas de maneira eficiente, acredito que já teríamos muitos problemas substancialmente resolvidos. Sem estradas, energia e água, não há sociedade que se desenvolve; esses são os alicerces que sustentam o setor primário da economia de um país. Infelizmente, Angola ainda não resolveu sequer 40% desses problemas básicos. A população clama pelo fim do sofrimento todos os dias.

Não se pode afirmar que não houve progressos, mas o impacto disso na vida da população, especialmente nas zonas mais afastadas, ainda é pequeno. Não é justificável que, em pleno século XXI, a capital angolana, Luanda⁴, seja afetada por um surto de cólera⁵ e, mais grave ainda, seja o seu epicentro. Isso prova a ineficiência das políticas públicas em Angola. Um surto que começou no final de 2024 e se prolonga até hoje. A solução é simples: cuidar do saneamento, pois a cólera provém, essencialmente, da má higiene e da falta de água potável. A execução efetiva das políticas públicas revela o patriotismo dos governantes – ou a falta dele –, pois governar é servir, e não se servir. Como dizia Aristóteles: "o cargo público revela aquilo de que um homem é capaz. Porque, no desempenho da sua função, já se está em relação com outrem e em comunidade" (Aristóteles, 2018, p. 120).

Sobre a responsabilidade dos governantes, Max Weber, em *A Política como Vocação* (1919, versão de 2020, pp. 98-102), estabelece uma distinção fundamental

⁴ [Jornal de Angola](#)

⁵ [Jornal de Angola](#)

entre a "ética da convicção" e a "ética da responsabilidade". A primeira caracteriza-se pela adesão intransigente a princípios e ideologias, independentemente das consequências práticas que possam advir de sua aplicação. Já a segunda exige dos líderes uma postura pragmática, na qual as decisões são tomadas com base em um cálculo racional das consequências para a sociedade. O político deve fazer da responsabilidade o guia decisivo de sua ação. Ou seja:

A responsabilidade é a qualidade psicológica decisiva do político – o senso de proporção, a capacidade de deixar as realidades atuarem sobre si com recolhimento e tranquilidade interior, isto é, a distância das coisas e das pessoas. Não saber guardar distância é um pecado mortal de qualquer político [...]
[...] O pecado contra o espírito santo de sua profissão e vocação, contudo, começa lá onde essa aspiração (Instinto de poder) tornar-se falta de objetividade e objeto de autoinebriação meramente pessoal, em vez de estar exclusivamente a serviço da causa: *a consecução do bem-estar social de seu povo* (Weber, 2020, pp. 87-89).

Nos contextos africanos, em geral, e em Angola, em particular, a ausência dessa ética da responsabilidade tem contribuído para a perpetuação de sistemas políticos ineficazes, nos quais a infraestrutura, a saúde e a educação continuam em estado precário, enquanto recursos são desviados para interesses privados e estratégias de manutenção do poder — à vista de todos, incluindo as sociedades desenvolvidas, que poderiam intervir para pôr fim a essas práticas, mas que talvez se beneficiem da má governança dos governos africanos por meio da exploração de suas riquezas.

Como afirma Deaton (2017, p. 15):

Com frequência, a desigualdade é consequência do progresso. A riqueza não alcança todos ao mesmo tempo, nem todos têm acesso mediato às mais recentes medidas para salvar vidas, como água tratada, vacinas ou novos medicamentos para prevenção de doenças cardíacas. A desigualdade, por sua vez, afeta o progresso. Isso pode ser bom – por exemplo, crianças (*em Angola*) na Índia veem o que a educação é capaz de fazer e passam a estudar – ou ruim, quando os vencedores tentam impedir que os outros os sigam e destroem a estrada que percorreram. Os emergentes podem usar sua riqueza para influenciar políticos a fim de restringir serviços públicos de educação ou saúde depois que deixam de precisar deles.

O argumento de Deaton aponta para uma dinâmica perigosa que exacerba a desigualdade, em que aqueles que atingem um certo status de bem-estar econômico podem, de maneira deliberada, restringir o acesso de outros a serviços essenciais, como saúde e educação, fundamentais para o progresso coletivo. Esse tipo de prática, além de ser uma manifestação de interesses privados sobre o bem comum, contribui diretamente para a perpetuação de um ciclo de desigualdade e estagnação social, especialmente em países com sistemas políticos frágeis e governos que, em muitos casos, não cumprem o seu dever de garantir a justiça social e o acesso equitativo aos recursos.

Essa situação é ainda mais dramática em países como Angola, onde o contexto histórico de exploração colonial e a contínua dependência dos recursos naturais como fonte principal de riqueza geraram um sistema que, ao invés de beneficiar toda a população, concentra o poder e os recursos nas mãos de uma elite

política e econômica. A corrupção endêmica e o desvio de recursos públicos em benefício de poucos são claros exemplos dessa realidade, e é preciso reconhecer que a passividade internacional diante desses problemas também desempenha um papel na perpetuação da miséria.

Recentemente, Angola tem enfrentado casos significativos de corrupção que evidenciam a fragilidade das instituições públicas e contribuem para a manutenção da desigualdade social no país. Dois exemplos notórios são os desvios de fundos na Administração Geral Tributária (AGT) e no Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE).

Em janeiro de 2025, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve quatro funcionários da AGT acusados de desviar mais de 7 mil milhões de kwanzas dos cofres do Estado. Entre os detidos estão o chefe do Departamento de Arrecadação de Receitas e um técnico da Base de Dados. As investigações revelaram que o esquema envolvia a realização de aproximadamente 1.500 operações fraudulentas relacionadas ao reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Durante buscas nas residências dos suspeitos, foram apreendidos montantes significativos em diversas moedas e bens de luxo, indicando o enriquecimento ilícito decorrente das atividades fraudulentas⁶.

Em fevereiro de 2025, veio à tona um desfalque financeiro no INAGBE, onde mais de 21 mil milhões de kwanzas (equivalente a cerca de 35 milhões de dólares) foram transferidos ou pagos sem justificativas adequadas durante o ano de 2022. O Tribunal de Contas notificou o instituto para prestar esclarecimentos sobre esses valores atribuídos ao então diretor Milton Chivela. Este montante é três vezes superior ao desvio identificado na AGT, ressaltando a gravidade da situação. O desvio de recursos em um setor tão estratégico quanto a educação prejudica milhares de estudantes que dependem de bolsas de estudo para continuar seus estudos, ampliando a desigualdade social no país⁷.

Esses casos refletem desafios persistentes na gestão de recursos públicos em Angola, ressaltando a necessidade de um compromisso mais firme com a transparência e o combate à impunidade. O desvio de fundos que poderiam fortalecer áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura não apenas aprofunda desigualdades, mas também compromete o desenvolvimento sustentável do país. Além disso, esses desvios têm contribuído para a redução da esperança de vida dos angolanos, pois, dia após dia, a situação se agrava. A falta de compromisso com a pátria por parte daqueles que praticam esses atos compromete os sonhos de muitos e amplia o distanciamento entre governo e governados, alimentando a percepção de um povo que se sente enganado.

A solução, no entanto, é clara: fortalecer a responsabilização dos infratores e garantir que esses recursos sejam direcionados para ações que tragam melhorias concretas na vida dos cidadãos, promovendo justiça social e restaurando a confiança nas instituições.

Quem me dera se a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência da COVID-19!

⁶ O País, 22 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.opais.ao/destaque/funcionarios-da-agt-acusados-de-roubarem-mais-de-7-mil-milhoes-de-kwanzas-ao-estado/> Acesso em: 24 mar. 2025).

⁷ Voice of America, 20 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.voportugues.com/a/angola-antigo-diretor-do-inagbe-refuta-acusa%C3%A7%C3%A3o-de-roubo-e-jurista-defende-comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito/7980828.html>. Acesso em: 24 mar. 2025.)

A má governação e a corrupção no continente africano não são falhas apenas internas, mas refletem um sistema global que, muitas vezes, beneficia-se da instabilidade e da exploração desenfreada dos recursos naturais africanos. A incapacidade da comunidade internacional de aplicar uma pressão efetiva para reverter esse cenário é uma das principais razões pelas quais a miséria se perpetua em escala alarmante. E quem me dera se a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência e determinação com que se enfrentou a COVID-19. Se fosse assim, provavelmente a maioria da população mundial viveria em condições razoavelmente dignas, com um mínimo de segurança e bem-estar. No entanto, é claro que as grandes economias, com sua visão global, parecem se preocupar mais com aquilo que também as afeta diretamente — e a pandemia foi um exemplo gritante disso.

Porém, enquanto a COVID-19 gerou mobilização global e esforços conjuntos para combater uma ameaça comum, a malária, a fome e outras doenças continuam a dizimar vidas, diariamente, em Angola e em várias outras partes da África e do mundo. Essas tragédias, que afetam os mais pobres e vulneráveis, não recebem o mesmo tipo de atenção, urgência ou ação coordenada que a pandemia de um vírus respiratório. O contraste entre a resposta rápida e organizada à COVID-19 e a indiferença histórica diante das tragédias que afetam a população africana é, no mínimo, chocante.

Não podemos continuar a ignorar que o sofrimento humano não escolhe fronteiras nem classes sociais, e que o que está em jogo não é apenas a vida de milhões de africanos, mas a nossa própria humanidade coletiva. Se a comunidade internacional tratasse a miséria com o mesmo empenho que demonstrou durante a crise sanitária global, a transformação social que tanto se almeja nas sociedades africanas poderia se tornar uma realidade tangível. A pobreza e a falta de infraestrutura básica não são questões que podem ser resolvidas apenas com uma boa vontade política; elas exigem ação concreta, com a mesma intensidade que vimos no combate à pandemia, para que um novo ciclo de desenvolvimento, justiça e dignidade seja possível. E, se isso fosse feito, não seria apenas uma vitória para a África — seria um triunfo para toda a humanidade.

Como dizia Vianna Oliveira (1952, pp. 119-120):

[...] A miséria é um fato cujas causas são puramente sociais e que, portanto, pode, por meios sociais, ser eliminada", ou, talvez, diminuída. Dentre as misérias que o mundo vive, "essa é a pior porque tem um alcance social infinitamente mais profundo e mais elevado. É a miséria dos incapazes, isto é, dos que, podendo e desejando sair da miséria, não podem fazê-lo porque a sociedade não lhes dá meios para isto.

A miséria, conforme Oliveira coloca, não é apenas uma condição econômica, mas uma situação profundamente social, que atinge não apenas aqueles que não têm acesso a recursos, mas também aqueles que, diante da falta de oportunidades, ficam incapazes de transformar sua realidade. Quando a sociedade não proporciona os meios para que os indivíduos se elevem socialmente, a perpetuação da miséria torna-se um ciclo vicioso difícil de quebrar. Esse quadro é amplificado pela corrupção, pela falta de infraestrutura básica e pela ausência de um sistema educativo e de saúde que funcione de maneira equitativa e eficiente. Em muitos casos, a responsabilidade de agir recai sobre os governantes, que, se orientados por uma ética da responsabilidade, poderiam criar condições para romper esse ciclo e proporcionar melhores condições de vida para a população. No entanto, a falta

dessa ética em muitos sistemas de governança africanos continua sendo uma barreira significativa para o progresso real.

Jean-Jacques Rousseau, em *Do Contrato Social* (1762, edição de 2015), defende que a legitimidade de um governo advém da sua capacidade de representar a vontade geral, e não os interesses particulares dos governantes. No entanto, observa-se que, em diversas nações, incluindo Angola, a prática política tem sido marcada, geralmente, pela captura do poder por elites que privilegiam seus próprios interesses em detrimento do bem comum.

Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), destaca a importância da liberdade política e econômica como condição essencial para o verdadeiro desenvolvimento. Para Sen, governos responsáveis são aqueles que promovem capacitação e garantem aos cidadãos condições de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas. Nos países onde a governança se baseia na repressão e na exclusão política, o desenvolvimento fica estagnado e a desigualdade social se aprofunda, pois:

Os destituídos (*os cidadãos pobres*) tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível (Sen, 2010, p. 89).

John Rawls, em *Uma Teoria da Justiça* (1971), propõe o princípio da justiça como equidade, segundo o qual as instituições políticas devem garantir oportunidades equitativas a todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica. No entanto, na prática, muitos governos perpetuam sistemas de privilégios que beneficiam poucos em detrimento da maioria.

Dessa forma, a responsabilidade dos governantes não pode ser reduzida apenas à gestão burocrática do Estado, mas deve ser compreendida como um compromisso moral e político com o bem comum. A ausência desse compromisso tem efeitos devastadores sobre o desenvolvimento das nações, resultando em Estados disfuncionais, onde a população é privada de serviços essenciais e da possibilidade de exercer plenamente sua cidadania. Assim, uma política verdadeiramente responsável exige líderes que atuem não apenas em função de interesses imediatos, mas que tenham uma visão de longo prazo, orientada pelo fortalecimento das instituições democráticas e pelo bem-estar coletivo.

A erradicação da miséria e da fome, assim como a oferta de serviços públicos de qualidade em saúde, educação e saneamento, deveria ser a prioridade fundamental dos governantes africanos. No entanto, muitos fracassam nesse compromisso, tornando-se dependentes das diretrizes do Ocidente — o mesmo Ocidente onde buscam atendimento médico de excelência, enviam seus filhos para estudar e asseguram uma aposentadoria confortável. Essa dependência revela um grave déficit de soberania e uma pobreza mental entre muitos dirigentes africanos, dificultando negociações em condições de igualdade com os países desenvolvidos.

O paradoxo é evidente: enquanto solicitam empréstimos internacionais, os representantes dos países credores participam de conferências hospedados em instalações modestas ou nas residências de seus embaixadores. Em contraste, os governantes africanos que pedem esses recursos hospedam-se em hotéis de luxo, deslocam-se em carros extravagantes e mantêm comitivas vultosas. No final, os acordos estabelecidos raramente se traduzem em melhorias concretas para a população. Como afirma Deaton (2017, p.23):

Os sofrimentos dos menos favorecidos estimulam esforços para descobrir formas de diminuir as disparidades, se não por outra razão, pelo fato de que a própria existência de pessoas mais privilegiadas demonstra ser possível não haver privação.

Os governos africanos precisam reavaliar suas prioridades. O verdadeiro patriotismo não se manifesta na ostentação em territórios estrangeiros, mas na capacidade de canalizar as riquezas nacionais para o bem-estar do próprio povo. A verdadeira batalha a ser travada é contra a mentalidade de submissão e desperdício, substituindo-a por políticas concretas que garantam acesso à água potável, energia, estradas, saneamento básico, saúde e educação. São esses elementos básicos que estão na raiz da emigração em massa dos cidadãos em busca de melhores condições de vida.

Mas quando um líder ocidental procurará tratamento médico em Angola? Quando enviará seus filhos para fazer o ensino superior no país? Essas são perguntas que exigem reflexão e, acima de tudo, exigem ação. Governar não é um exercício de retórica, mas de transformação concreta.

O progresso não é uma utopia inatingível. Dubai e Singapura são exemplos vivos de que o desenvolvimento pode ser alcançado em poucas décadas. Dubai, outrora um pequeno entreposto comercial, tornou-se um dos principais polos financeiros e turísticos do mundo por meio de investimentos estratégicos e políticas públicas eficazes. Singapura superou desafios estruturais e uma pobreza extrema através de uma governança pragmática e de um investimento maciço em capital humano e inovação. Então, os bons exemplos, vivos, estão aí, por que não os imitar?

Angola, em particular, e a África, em geral, precisam despertar! Esse despertar não virá de discursos vazios, mas de trabalho árduo, responsabilidade política e compromisso genuíno com o bem comum. O desenvolvimento não é um milagre; é um exercício de visão, planejamento (ou planejamento), e determinação inabalável.

Mais grave ainda, parece que a miséria de uns se transforma na oportunidade de enriquecimento desmedido de outros, às custas do sofrimento da grande maioria da população africana, que observa suas riquezas sendo exploradas sem que isso se reflita, nem de perto, em seu dia a dia. Infelizmente, em Angola, por exemplo, a cada dia que passa, a população se torna mais empobrecida. O fosso entre o salário mínimo e a cesta básica é abismal, criando uma situação devastadora e alarmante de bem-estar social para a maior parte dos angolanos.

E o mais angustiante: a maioria dos angolanos, ou quase todos, não têm sequer a liberdade de escolher um mínimo de bem-estar. Como sublinha Deaton (2017, p. 16):

Quando trato de liberdade, refiro-me à liberdade de viver bem e realizar algo que faça a vida valer a pena. A ausência de liberdade, neste caso, significa pobreza, privação e saúde precária – males que por muito tempo assolaram a humanidade e que, ainda hoje, afligem uma parcela revoltantemente alta da população mundial – e, *infelizmente, Angola é parte integrante disso, pelas piores razões.*

A Busca pela Riqueza e a Prevalência da Força nas Relações Internacionais

A política internacional moderna tem apresentado exemplos alarmantes de líderes que subordinam os princípios diplomáticos à busca pelo enriquecimento pessoal e pela afirmação do poder. Um caso recente e emblemático foi o encontro entre Donald Trump e Volodymyr Zelensky, ocorrido em 28 de fevereiro de 2025, no qual o presidente dos EUA pressionou o líder ucraniano, diante dos olhos do mundo, na Sala Oval, para obter vantagens políticas — como a exploração dos recursos raros ucranianos, em troca de apoio militar e financeiro. Este episódio revela como a política externa pode ser instrumentalizada para fins egoístas, em detrimento da ética e da diplomacia. Essa prática não é exclusiva da política internacional; na política "não existem amigos permanentes, mas interesses permanentes." O jogo político favorece os mais fortes, e enquanto alguns o fazem de maneira discreta, utilizando bons mecanismos diplomáticos, outros, como Trump, o fazem de forma mais explícita, revelando, de certa forma, algumas verdades sobre a política externa norte-americana. Talvez seu viés empresarial se sobreponha, quase sempre, aos meandros da política.

A visão de Trump sobre as relações internacionais pode ser compreendida à luz de sua trajetória como empresário. Em *A Arte da Negociação* (1987), ele expõe uma abordagem pragmática e agressiva para conquistar vantagens nos negócios, estratégia que também aplicou à política. Essa fusão entre mercado e diplomacia remete a uma antiga questão econômica: até que ponto o interesse próprio pode ser positivo, sem comprometer valores mais amplos? Para uma análise mais aprofundada de sua visão política e das relações internacionais durante sua presidência, pode-se recorrer a livros como *The Room Where It Happened* (2020), de John Bolton, e *Fear* (2018), de Bob Woodward. Essa perspectiva contrasta com a tradição diplomática, que historicamente buscou equilibrar interesses nacionais com princípios universais de cooperação e respeito entre os Estados.

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* (1776, versão 'Economista', 1996), mais especificamente no Capítulo 2 do Livro IV, intitulado "Da Produção de Riquezas" (ou *Of the Production of Wealth*, dependendo da tradução), descreve como a busca pelo interesse próprio pode levar a uma economia próspera. No entanto, ele alerta que, quando essa busca ultrapassa certos limites, surge a necessidade de uma regulação externa para evitar abusos. Segundo Smith (1996, Volume I, p. 438):

Ao preferir dar apoio à indústria doméstica (*nacional*) em vez da estrangeira, ele [*o indivíduo*] apenas busca sua própria segurança; e orientando sua indústria de tal maneira que sua produção seja de maior valor, ele apenas busca seu próprio lucro, sendo conduzido por uma 'mão invisível' a promover um fim que não fazia parte de sua intenção. Ao buscar seu próprio interesse, ele frequentemente promove o da sociedade de maneira mais eficaz do que quando realmente pretende promovê-lo.

Esse conceito da "mão invisível" pode ser aplicado à política global: quando os líderes se tornam excessivamente ambiciosos e violam princípios internacionais, organismos como a ONU e o Direito Internacional surgem como forças reguladoras, tentando restaurar um equilíbrio mínimo entre as nações. O Estado, por meio de seus governantes, tem o dever de exercer esse equilíbrio, ou seja, estabelecer uma administração de justiça, manter a ordem e prover certos bens públicos que o mercado não poderia fornecer eficientemente. Como afirma Smith (1996, Vol. II, p.

256): "O Estado pode corrigir sem violência tudo aquilo que de anti-social ou desagradavelmente rigoroso existe na moral de todas as pequenas seitas, *grupos ou classes*, em que se dividiu o país."

Além disso, Maquiavel, em *O Príncipe* (1513, edição de 2015), já alertava sobre a tendência dos governantes de priorizarem a manutenção do poder em detrimento da moralidade. Para ele, a política é o campo da necessidade e da eficácia, e não da moral cristã ou de princípios éticos universais. No entanto, quando essa lógica é levada ao extremo, como ocorre com certos líderes autoritários, a estabilidade internacional fica comprometida. Essa visão realista contrasta com concepções normativas como as de John Rawls e Michael Sandel, que propõem princípios reguladores mais justos para a política global.

Rawls, em *O Liberalismo Político*, principalmente na lição VI (1993, edição de 1997), desenvolve a ideia de razão pública como um princípio que deve orientar as decisões políticas, garantindo que elas sejam justificáveis para todos os cidadãos, independentemente de suas crenças ou interesses particulares. Como ele afirma:

Os cidadãos, na medida em que são razoáveis e racionais, e sabendo que afirmam uma pluralidade de doutrinas religiosas e filosóficas razoáveis, devem estar prontos a explicar uns aos outros os fundamentos das suas ações em termos que cada um possa razoavelmente esperar que os outros poderiam subscrever como consistentes com a sua liberdade e igualdade. [...]. Assim, assimilar uma conduta apropriada de um cidadão democrático inclui a compreensão de um ideal da razão pública." (Rawls, 1997, p. 214)

Essa concepção é essencial para garantir que decisões políticas respeitem a diversidade e promovam a justiça. No livro *O Direito dos Povos* (1999, edição de 2014), Rawls (2014, p. 164) argumenta que: "A razão pública especifica ao nível mais profundo os valores morais e políticos básicos que devem determinar a relação de um governo democrático constitucional face aos seus cidadãos e as relações mútuas entre estes."

Se a razão pública organiza o convívio democrático dentro dos Estados, por que não poderia organizar também a cooperação entre as nações? Rawls sugere que as sociedades bem-ordenadas devem seguir princípios de equidade e justiça global. Como ele explica (2014, p. 132): as sociedades bem-ordenadas – ou seja, aquelas que são mais desenvolvidas e socialmente estáveis – “têm o dever de prestar assistência às sociedades sobrecarregadas por condições desfavoráveis”, como má gestão de recursos, falta de desenvolvimento do capital humano, excessiva corrupção, falta de condições básicas ou até mesmo aquelas em guerra contra outras sociedades. Essas últimas, chamadas de sociedades “fora da lei”, são aquelas que provavelmente violaram o direito internacional, como é o caso da Rússia contra a Ucrânia, de Ruanda e do grupo rebelde M23 contra a República Democrática do Congo. O objetivo a longo prazo das sociedades relativamente bem-ordenadas, segundo Rawls, deveria ser “conduzir essas sociedades para o seio da sociedade dos povos bem-ordenados”.

Ainda de acordo com Rawls (2014, p. 141),

É tarefa do estadista – da maior potência econômica e militar, os EUA e seus aliados – “combater a potencial falta de afinidade entre diferentes povos e tentar remediar suas causas, na medida em que resultem de injustiças institucionais nacionais ocorridas no passado, da hostilidade entre classes sociais herdada da sua história e dos antagonismos comuns.

Já Sandel, em *O Que o Dinheiro Não Compra: Os Limites Morais do Mercado* (2012, edição de 2015), argumenta que nem tudo na sociedade deve ser regulado pela lógica do mercado. Ele afirma:

Uma economia de mercado é uma ferramenta – uma ferramenta valiosa e eficaz – para organizar a atividade produtiva. Uma sociedade de mercado é uma forma de vida em que os valores de mercado se infiltram, *como parecem ter se infiltrado atualmente*, em todos os aspectos da atividade humana. (Sandel, 2015, p. 20)

Se tudo tiver um preço, os valores essenciais da vida se tornam irreconhecíveis. Como Sandel explica:

O altruísmo, a generosidade, a solidariedade e o espírito cívico não são similares a mercadorias que se esgotam com o uso. São mais como músculos, que se desenvolvem e fortalecem com o exercício. Assim, um dos defeitos de uma sociedade *como a nossa*, regida pelos mercados, é que permite que essas virtudes definham. *Portanto*, para renovar nossa vida pública, precisamos exercê-las com uma tenacidade cada vez maior. (Sandel, 2015, p. 135)

A busca por uma governança global mais equilibrada passa por um compromisso com a transparência, a justiça e a promoção do bem comum. Na política global, quem governa sem ética compromete o futuro; quem alia pragmatismo e responsabilidade constrói uma nova ordem internacional baseada na justiça. Aplicado a esse contexto, esse princípio reforça a necessidade de que as relações entre países sejam pautadas por valores éticos compartilhados, e não apenas pelo cálculo econômico e estratégico de curto prazo, como as medidas do governo renovado de Trump, em exercício desde janeiro de 2025, parecem demonstrar.

Diante desse panorama onde o realismo político e a busca pelo interesse próprio predominam nas relações internacionais, surge a questão: seria possível equilibrar esses interesses com princípios que promovam a justiça e a cooperação global? Embora a política externa muitas vezes seja instrumentalizada para fins estratégicos e econômicos, existem abordagens normativas que propõem caminhos alternativos para um equilíbrio mais sustentável — um dos quais será explorado a seguir.

A razão pública: O Caminho da Diplomacia para a Paz Duradoura

Se a política internacional tem sido marcada pela prevalência da força e pela instrumentalização do poder, como vimos nos exemplos recentes, é fundamental considerar alternativas que promovam relações mais estáveis e justas entre os Estados. A ideia central da razão pública, desenvolvida por John Rawls, surge como uma proposta para redefinir os fundamentos da diplomacia, buscando a paz duradoura através do respeito mútuo, do direito internacional e da cooperação entre as nações. Essa abordagem visa fornecer um modelo mais ético e equilibrado para a condução das relações internacionais, distanciando-se da lógica da violência e da imposição de poder.

A resolução das guerras contemporâneas, fundamentada no pensamento de Rawls, recai sobre a promoção da razão pública, tanto entre governantes quanto entre governados. Rawls propõe que a diplomacia e o diálogo sejam priorizados

como métodos essenciais para a resolução de conflitos, com líderes, tanto nacionais quanto internacionais, assumindo a responsabilidade de modelar um comportamento pautado no bem comum. Essa abordagem demonstra que a cooperação e o consenso não são apenas opções, mas caminhos viáveis para a construção de uma paz duradoura. A visão de Rawls não se limita ao âmbito doméstico, mas é ampliada para a esfera internacional, onde as relações devem ser guiadas por princípios de justiça, baseados no respeito mútuo e na observância dos direitos humanos universais. Como ele afirma,

Os direitos humanos são intrínsecos à Lei dos Povos e têm um efeito político (moral), quer sejam ou não apoiados localmente. Isto é, a sua força política (moral) abrange todas as sociedades, e são vinculativos em todos os povos e sociedades, incluindo Estados fora da Lei. Um Estado Fora da Lei que viole esses direitos deve ser condenado e, em casos graves, pode ser sujeito a sanções coercivas e mesmo a uma intervenção (Rawls, 2014, p. 103).

Essa citação reflete a ideia de Rawls de que os direitos humanos não são apenas princípios que devem ser respeitados dentro dos limites nacionais, mas têm uma dimensão global, sendo vinculativos para todos os Estados, mesmo para aqueles que se encontram fora da ordem moral internacional. A visão de Rawls propõe um mundo em que a violação dos direitos humanos por parte de qualquer Estado repercute negativamente em todo o sistema internacional. Isso implica que nações que adotam práticas abusivas ou que violam direitos fundamentais devem ser responsabilizadas, não apenas pela comunidade internacional, mas por um conjunto de normas que transcendem fronteiras nacionais.

É evidente, no entanto, que ainda existem Estados que agem à margem da lei internacional, desconsiderando os direitos humanos e impondo condições de sofrimento a suas populações. A invasão do território ucraniano pela Rússia é um exemplo claro dessa transgressão. A violação dos direitos humanos durante a ocupação russa da Ucrânia submete a população a uma realidade de insegurança e medo constantes, além de transformar o sofrimento individual em um conflito global. Este cenário destaca como a falta de disposição para o diálogo pode impulsionar uma nação a recorrer à guerra, uma escolha que invariavelmente resulta em instabilidade e destruição.

Nesse contexto, Rawls argumenta que as sociedades bem-ordenadas, aquelas que buscam o bem-estar de seus cidadãos e mantêm a paz com seus vizinhos, têm a responsabilidade de promover a paz global. A assistência a nações em dificuldades, como a Ucrânia, a República Democrática do Congo e outros, se torna não apenas uma questão de solidariedade, mas um imperativo moral e político. Essas sociedades devem trabalhar para transformar "Estados Fora da Lei" em "Estados Decentes", que priorizam o diálogo e a diplomacia em vez do uso indiscriminado da força. Rawls classifica as sociedades em três tipos: bem-ordenadas, decentes e fora da lei. Segundo ele,

Os Estados fora da lei são agressivos e perigosos; todos os povos estarão mais seguros se esses Estados mudarem, ou forem forçados a mudar, as suas práticas, em uma sociedade decente. Porque uma sociedade decente não é agressiva e apenas entra em guerra em caso de autodefesa (Rawls, 2014, pp. 104 e 111).

Aqui, Rawls expõe a classificação de Estados, onde a mudança das práticas de Estados fora da lei é essencial para a segurança e estabilidade global. A distinção

entre uma sociedade decente e uma sociedade agressiva é fundamental, pois a primeira não busca expansionismo nem ações militares em tempos de paz, mas somente em situações de legítima defesa. Assim, a promoção de sociedades que se adequem a essa lógica de "decência" implica a construção de um sistema internacional mais justo e cooperativo.

O atual conflito entre Israel e o Hezbollah pode ser compreendido dentro desse contexto. O ataque de grupos extremistas e a reação de Israel, ao buscar se defender, ilustram um exemplo clássico de autodefesa. No entanto, é crucial notar que mesmo em situações de autodefesa, o uso da força deve ser controlado e limitado. Os excessos cometidos durante as retaliações mostram que, mesmo quando a defesa é justificada, a força não deve ser utilizada de forma indiscriminada, pois isso resulta em perdas de vidas inocentes e perpetua o ciclo de violência. A guerra, como nos lembra Rawls, é um mal, e a razão e o diálogo são as únicas armas adequadas para aqueles comprometidos com a justiça e a paz.

Por isso, Rawls condena duas doutrinas da guerra que considera profundamente equivocadas:

Duas doutrinas niilistas da guerra devem ser absolutamente repudiadas. Uma é expressa pelo dito de Sherman, 'a guerra é um inferno', com a implicação de que tudo vale para lhe pôr fim o mais rapidamente possível. A outra sustenta que somos todos culpados, e por isso estamos todos ao mesmo nível e não podemos com justiça culpar ou ser culpados. Ambas negam com ligeireza todas as distinções razoáveis; a sua vacuidade moral é manifesta porque todas as sociedades civilizadas justas e decentes dependeram sempre da elaboração de distinções morais e políticas significativas (Rawls, 2014, pp. 129-130).

Rawls repudia essas visões extremas da guerra, pois elas ignoram as complexidades e as distinções morais que devem orientar o comportamento humano, especialmente em tempos de conflito. A guerra não pode ser vista como uma solução rápida e sem consequências, e o fato de todos os envolvidos serem humanos não implica que todos sejam igualmente responsáveis ou igualmente culpados. As responsabilidades devem ser atribuídas de forma justa, levando em consideração as circunstâncias e a moralidade dos atos.

O uso da força, portanto, deve ser sempre uma última medida, tomada somente quando todas as outras alternativas razoáveis de mediação e cooperação forem esgotadas. O exemplo ético dos governantes e líderes globais é essencial para fortalecer o respeito mútuo e a paz entre os povos. Tal como um jogador de futebol inspira seus companheiros de equipe, os líderes globais devem ser exemplos de compromisso com a razão pública, persuadindo suas nações a adotar princípios de justiça, cooperação e diálogo. A razão pública, para Rawls, oferece a possibilidade de superar os desafios globais, alinhando as nações em torno de um objetivo comum de justiça e paz.

Immanuel Kant, em sua obra *À Paz Perpétua* (1795), anteviu um futuro onde as nações, respeitando suas diferenças, poderiam coexistir em harmonia. Kant afirmava:

Entre os povos da Terra, a violação do direito num lugar da Terra se sente em todos os outros; a ideia de um direito cosmopolita não é nenhuma representação fantástica e extravagante do direito, mas um complemento necessário de código não escrito, tanto do direito político como do direito das gentes, num direito público da humanidade em geral e, assim, um complemento da paz perpétua, em cuja contínua aproximação é possível encontrar-se só sob

esta condição – respeito mútuo entre os povos através dos tratados (Kant, 2018, p. 151).

A ideia de Kant de um direito cosmopolita antecipa um sistema no qual as ações de um país afetam não apenas seus próprios cidadãos, mas todos os outros. A violação do direito em um lugar reflete-se em todos os outros, e a construção de uma paz perpétua depende da capacidade de as nações respeitarem mutuamente os direitos e as dignidades dos outros, estabelecendo tratados que reflitam esse respeito. Essa ideia se manifesta na União Europeia, onde, após duas guerras mundiais devastadoras, países com históricos conflitantes conseguiram criar um espaço de cooperação e prosperidade, fundamentado na razão pública e no respeito mútuo. O projeto europeu é uma materialização do ideal kantiano, provando que, apesar das diferenças culturais e políticas, a coexistência pacífica é possível quando as nações se comprometem com o diálogo e a cooperação.

Finalmente, é hora de refletirmos sobre o que realmente nos conecta como seres humanos. Como destaca Haidt (2020, p. XVI): "Por favor, nós podemos nos dar bem. Todos nós podemos nos entender. Somos obrigados a conviver aqui por um tempo. Vamos tentar encontrar um jeito." Esse "jeito" é a razão pública, a chave para criarmos um espaço onde nossos interesses e compromissos se encontram, para o benefício de todos. Somos uma aldeia global, e a verdadeira magia da convivência está na nossa capacidade de respeitar as diferenças e, juntos, construir um futuro mais justo e próspero para todos. O desafio é grande, mas a recompensa é ainda maior: uma convivência harmoniosa que nos impulsiona a ir além do que imaginávamos ser possível, nos guiando para um bem-estar social que inclua a todos.

Conclusão

A prevalência da força sobre a diplomacia nos conflitos contemporâneos é uma realidade persistente na geopolítica atual, refletida em decisões que frequentemente priorizam o poder militar em detrimento de soluções diplomáticas. A visão de Hobbes sobre o estado de natureza, com sua ênfase no egoísmo e na luta constante pela sobrevivência, ajuda a iluminar o comportamento beligerante das nações no cenário global. O poder, que antes se manifestava na posse de território, hoje se traduz em um jogo de influência, onde cada movimento é calculado para garantir a dominação. A ideia do Leviatã, um soberano forte que impõe a ordem, continua a ser essencial para compreender como a ausência de uma autoridade central na política internacional deixa o mundo à mercê da violência. O que se observa é uma disputa pelo controle, onde a diplomacia, a justiça e os direitos humanos são muitas vezes negligenciados em favor de vitórias imediatas.

Entretanto, a proposta de John Rawls oferece uma esperança para reverter esse cenário. A razão pública, como ele a define, não deve ser vista como uma abstração filosófica, mas como uma exigência prática para que os governantes justifiquem suas ações com base em princípios universais de justiça e respeito mútuo. Em um mundo onde o egoísmo e os interesses nacionais dominam as decisões políticas, a ideia de uma ética comum, na qual todos os Estados se orientam pela razão pública, poderia substituir a lógica da força. A falta de ação responsável por parte dos governantes, como observamos em países como Angola e outros, revela uma desconexão entre discurso e prática, onde o poder é usado em

benefício próprio, em detrimento do bem-estar coletivo. Ao fazer isso, perde-se a oportunidade de construir uma ordem global não regida pela violência, mas pelo entendimento, pela colaboração e pela justiça.

Portanto, a solução diante de nós é a revalorização da diplomacia — não uma diplomacia qualquer, mas uma diplomacia corajosa, que não se submeta aos caprichos da força militar ou ao egoísmo dos governantes. Devemos buscar uma ordem internacional em que as nações se unam com base no princípio da razão pública, onde a paz e a justiça não sejam meras palavras, mas os alicerces de todas as negociações internacionais. Se os governantes forem capazes de superar os interesses egoístas e a razão pública prevalecer, então a guerra, com todas as suas mazelas, poderá finalmente ser relegada ao passado.

A conclusão deste estudo é clara: para superar a guerra como forma de resolução de conflitos, é imperativo que os líderes mundiais adotem uma postura ética, fundamentada na razão pública e no respeito aos direitos humanos. Exemplos de sociedades bem-ordenadas, que priorizam o bem comum e a justiça social, podem servir de inspiração para transformações globais. A guerra, com seu caráter irracional e destrutivo, deve ser substituída pelo diálogo e pela diplomacia — os verdadeiros instrumentos para alcançar uma paz duradoura. O desafio é grande, mas não intransponível. Quando guiada pela razão e pelo compromisso com a justiça, a humanidade pode avançar rumo a uma convivência pacífica, que respeite as diferenças, promova a solidariedade e preserve a dignidade de todos os povos.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de António de Castro Caeiro. 6. ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2018.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BIGE, G. M. V. A virtude e o vício como fatores concorrentes do interesse público. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 15, n. 2, p. 5-30, 2024.
- BOLTON, John. *The Room Where It Happened: A White House Memoir*. New York: Simon & Schuster, 2020.
- DEATON, Angus. *A Grande saída: Saúde, riqueza e as origens da desigualdade*. Tradução de Marcelo Levy. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- HAI DT, Jonathan. *A mente moralista: por que pessoas boas são segregadas por política e religião*. Tradução de Wendy Campos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- KANT, Immanuel. *À Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018.
- MANDEVILLE, Bernard. *A Fábula das abelhas: ou vícios privados, benefícios públicos*. Tradução de Bruno Costa Simões. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de José Geraldo Vieira. 10. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015.
- RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução de Paulo Barcelos. Lisboa: Edições 70, 2014.

- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. 4. ed. Tradução de Carlos Pinto Correia. Lisboa: Editorial Presença, 2017.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Volume II. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- TRUMP, Donald. *The Art of the Deal*. New York: Random House, 1987.
- VIANNA, Oliveira. *Problemas de organização e Problemas de direção: o povo e o governo*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1952.
- WEBER, Max. *A Política como Vocação*. Tradução de Gabriel Philipson. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.
- WOODWARD, Bob. *Fear: Trump in the White House*. New York: Simon & Schuster, 2018.

Recebido em: 03/2025
Aprovado em: 10/2025